



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0003257-67.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Compromisso**  
 Requerente: **Hsbc Bank Brasil Sa Banco Multiplo**  
 Requerido: **Pelosi & Pelosi Comercio de Veiculos Ltda**

**HSBC BANK BRASIL S. A. – BANCO MÚLTIPLO** ajuizou ação monitória contra **PELOSI & PELOSI COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, tendo por objeto ao pagamento da importância de R\$ 82.345,47, correspondente ao saldo devedor de contrato de abertura de crédito em favor da ré, não pago no vencimento.

Citada, a ré opôs embargos ao mandado, arguido inépcia da petição inicial e impugnou a cobrança, afirmando ocorrer ilegal capitalização de juros em periodicidade inferior à anual, ausência de demonstração da movimentação financeira geradora do suposto saldo devedor, abusividade da taxa de juros praticada e impossibilidade da cumulação de comissão de permanência com outros encargos.

Manifestou-se o autor, refutando tais teses.

A decisão de saneamento repeliu a arguição de defeito da petição inicial.

Deferiu-se a realização de exame pericial contábil.

Juntou-se aos autos o respectivo laudo, manifestando-se as partes.

#### **É o relatório.**

#### **Fundamento e decido.**

Cuida-se de contrato de conta corrente firmado em 16 de setembro de 2005 (fls. 13/14).

O autor apresentou os extratos de movimentação da conta.

Não houve impugnação específica pela ré, de algum lançamento a débito e crédito, ficando na generalidade da reclamação sobre excesso de encargos e sobre a apuração do saldo devedor. Descabe então a análise individualizada de algum lançamento ou operação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

Na vigência da Medida Provisória nº 1.963-17/2000, de 31 de março de 2000 (reeditada sob nº 2.170/36), permite-se a capitalização de juros, consoante iterativa manifestação do STJ, que lhe dá plena validade (AgRg no REsp. nº 787.619/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi; AgRg no REsp. nº 718.520/RS e AgRg no REsp. nº 706.365/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini), inexistindo qualquer violação ao disposto na Súmula nº 121 do STF. A propósito: TJSP, Ap. nº 7.147.363-1, Rel. Des. Maia da Rocha, j. 27.06.2007).

De fato:

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. AUSÊNCIA DE JUNTADA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL AOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE.**

1. Nos contratos bancários firmados após a edição da Medida Provisória nº 1.963-17/2000 (31.3.2000), é permitida a cobrança de juros capitalizados em periodicidade mensal **desde que expressamente pactuada.**

2. No caso dos autos, **o Tribunal de origem assentou que o instrumento contratual não foi juntado aos autos pela instituição financeira, inviabilizando a análise de sua pactuação.**

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 248.692/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 04/02/2013, sem os grifos no original).

Sucedendo que **o autor não exibiu documento contendo cláusula específica, autorizadora de capitalização de juros.** Por isso, **relativamente à conta corrente, não incide a capitalização mensal, exatamente por falta de previsão expressa.**

Daí o destaque:

No caso dos autos, **o Tribunal de origem assentou que o instrumento contratual não foi juntado aos autos pela instituição financeira, inviabilizando a análise de sua pactuação.**

Outrossim, inexistentes os instrumentos contratuais escritos, de acordo com o posicionamento firmado pelo E. STJ, a taxa de juros remuneratórios nos contratos devem ser limitados à média de mercado destas operações, de acordo com os índices estipulados pelo Banco Central, salvo se a taxa cobrada pela instituição financeira for mais vantajosa ao cliente.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DA CADEIA CONTRATUAL.

POSSIBILIDADE. SÚMULA 286/STJ. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DO CONTRATO. TAXA MÉDIA DE MERCADO.

DESCONTO EM CONTA CORRENTE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA NÃO DEMONSTRADA

1. "A renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores." (Súmula 286 /STJ).

2. Ausente o contrato entabulado entre as partes, prevalece a taxa média de mercado estipulada pelo BACEN nas operações da espécie.

3. "Não demonstrada a pactuação acerca da capitalização mensal dos juros e da comissão de permanência, inviável a incidência de tais encargos" (REsp 1039878/RS, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2008, DJe 20/06/2008).

4. Não evidenciada a taxa de juros moratórios estipulada, porquanto não juntados aos autos o contrato pactuado, de ser mantido o entendimento do acórdão objurgado, no sentido de aplicar, ao caso, o artigo 1063 do Código Civil de 1916, mantendo os juros devidos em 6% ao ano.

5. Inviável o recurso especial (quanto ao pleito de manutenção dos descontos em conta-corrente) fundado na divergência jurisprudencial se não demonstrada a similitude fática entre os acórdãos paradigma e recorrido.

6. Decisão agravada mantida pelos seus próprios fundamentos.

7. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp 959.678/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/06/2011, DJe 21/06/2011)

**Note-se que o perito judicial apurou a existência de saldo credor, ou seja, favorável à correntista, tomando por base tais critérios, o que induz a rejeição da pretensão inicial.**

**Diante do exposto, rejeito o pedido monitório apresentado por HSBC BANK BRASIL S. A. – BANCO MÚLTIPLO contra PELOSI & PELOSI COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA..**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

Condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, dentre elas o valor dos honorários periciais, com correção monetária desde o desembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da ré, por equidade fixados em 10% do valor da causa, corrigido monetariamente desde a data do ajuizamento.

P.R.I.C.

São Carlos, 01 de abril de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**